Relatório e Contas

30 junho 2026



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Seleção Ações América

Santander
Asset Management

Índice

1. Relatório de Gestão 3

1.1. Enquadramento macroeconómico 3
1.2. Política de investimento 8
1.3. Informações relativas ao regulamento (ue) 2019/2088 8
1.4. Evolução das unidades de participação 9
1.5. Performance 10
1.6. Custos e proveitos 12
1.7. Demonstração do património 12
1.8. Evolução dos ativos sob gestão 13
1.9. Valorimetria 13
1.9.1. Valores mobiliários 13
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário 15
1.9.3. Instrumentos derivados 15
1.9.4. Câmbios 15
1.10. Remunerações atribuídas 16
1.11. Política de voto 16
1.12. Erros de valorização 16
1.13. Eventos subsequentes 17

2. Relatório de Auditoria 18

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026 23

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026 26

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026 28

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026 30

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma "armada maciça" a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de "dólar forte" pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o *ISM* dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

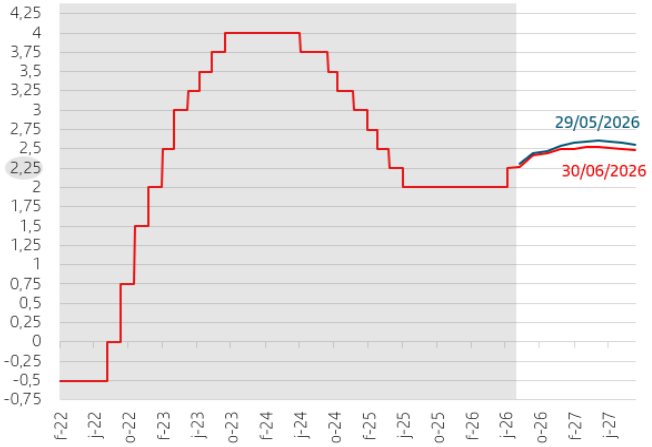
Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 $/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

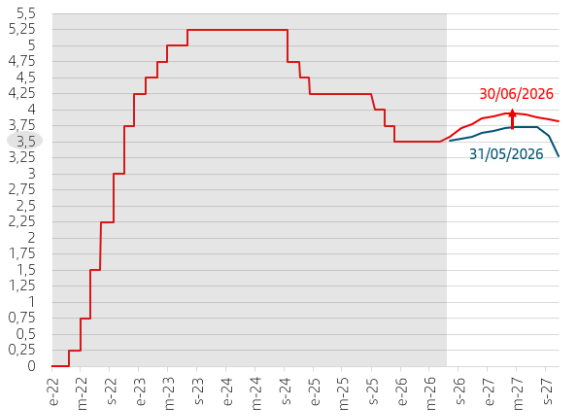
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35$/barril e o WTI 51,3% para 101,38$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

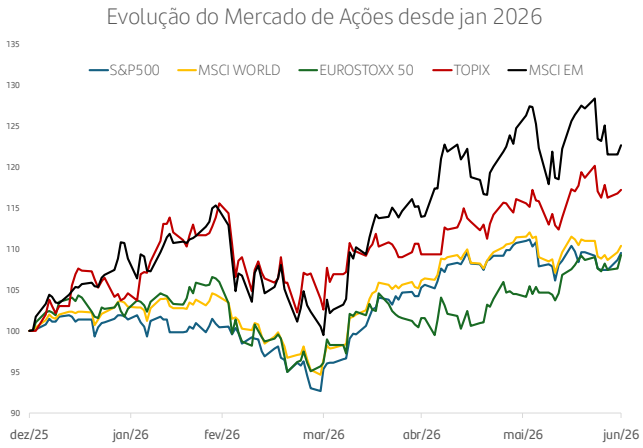
Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao Iene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 $/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 $/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

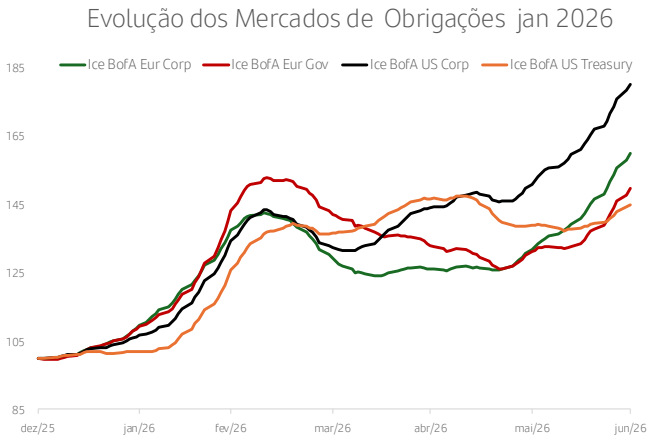
Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação *core* nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das Treasuries a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 $/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

	2025	2026e
PIB EUA	**2,20%**	**2,20%**
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	**1,50%**	**0,70%**
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	**1,80%**	**1,90%**
PIB Espanha	**2,90%**	**2,30%**
PIB China	**5,00%**	**4,60%**

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação *core* permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a

volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

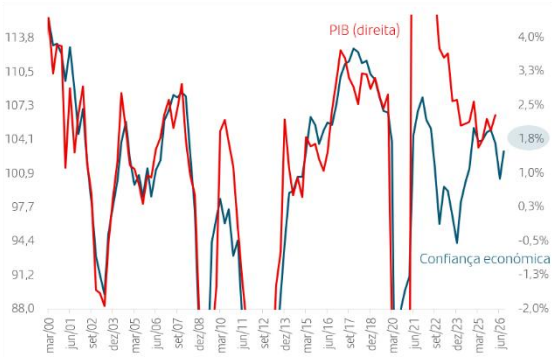
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)

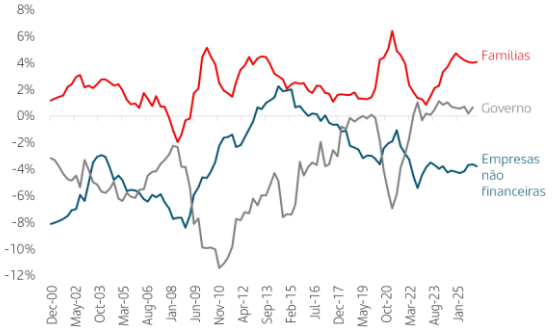


Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da união monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: *Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitv LSEG Worksation*

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

A carteira do fundo registou um desempenho inferior ao do índice S&P 500 durante o período em análise, em grande parte devido ao impacto negativo da seleção de ações.

As ações dos EUA, medidas pelo Índice S&P 500, registaram uma valorização ao longo do semestre. O desempenho dos diferentes setores foi, em termos gerais, positivo durante o período. Indústria, Tecnologia da Informação e Energia apresentaram o melhor desempenho, enquanto o setor Financeiro e o de Bens de Consumo Discricionário (os únicos com desempenho negativo), juntamente com o de Serviços de Comunicação, foram os setores que apresentaram pior desempenho. O mercado acionista norte-americano valorizou-se de forma generalizada, à medida que o entusiasmo em torno das empresas ligadas à inteligência artificial compensou as preocupações associadas ao agravamento dos riscos geopolíticos.

A seleção de ações em Tecnologia da Informação foi a que mais prejudicou o desempenho relativo da carteira. Perdas adicionais vieram da seleção de ações nos setores Industrial, Serviços de Comunicação, Bens de Consumo Discricionário e Financeiro, a par da falta de exposição a Energia. Por outro lado, a seleção de ações no setor da Saúde e uma subponderação média em Serviços de Comunicação e Financeiro contribuíram positivamente para o desempenho relativo da carteira. Imobiliário e Bens de Consumo Básicos, bem como a falta de exposição a Materiais e Utilities, tiveram um impacto insignificante no desempenho relativo. As posições que mais contribuíram foram: Royalty Pharma; Cloudflare; e Roivant Sciences. Pelo contrário, as que mais penalizaram foram: Shopify; Strategy; e Roblox.

O foco da gestão reside na avaliação das perspetivas das empresas num horizonte de cinco anos. Da carteira do fundo, fazem parte empresas únicas, com vantagens competitivas sólidas e sustentáveis, cujo valor de mercado se espera que aumente significativamente por razões fundamentais subjacentes.

Os dados acima apresentados dizem respeito ao fundo Santander GO North American Equity Opportunities (Fundo Master deste OIC).

1.3. Informações Relativas ao Regulamento (UE) 2019/2088

Os investimentos do OIC podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade que incluem riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Estes riscos podem ter impacto no investimento tal como risco de mercado, risco operacional ou ainda risco legal.

Os riscos de sustentabilidade dos OIC que não seguem critérios "ASG" podem ter um impacto material (como riscos financeiros) no valor dos seus investimentos a médio e longo prazo. Estes riscos podem chegar a reduzir os benefícios, o capital disponível e importar alteração de preço dos ativos ou respetiva falta de pagamento, que podem gerar um impacto no crédito, liquidez e riscos de financiamento (funding).

A entidade gestora dispõe de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade nos processos de investimento.

A entidade gestora considera os principais impactos adversos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade (fatores "ASG"), de acordo com uma metodologia e indicadores próprios.

Os investimentos que integram a carteira do Fundo não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Mais informação a propósito de matérias ASG (Ambientais, Sociais e de melhores práticas de Governo) pode ser consultada em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2016	5 687 273	7,5117
2017	6 285 649	7,9008
2018	5 826 213	7,5945
2019	6 181 355	9,3652
2020	6 326 441	10,2863
2021	7 804 228	10,7159
2022	7 785 138	5,2924
2023	7 359 939	7,2235
2024	6 654 325	9,8414
2025	5 846 336	10,0075

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 55 753 788 euros, repartidos por 5 617 544 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 9,9249 euros.

Classe B

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2021	2 081 919	4,8718
2022	3 224 863	2,4186
2023	3 366 327	3,3184
2024	3 132 863	4,5446
2025	2 960 956	4,6449

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe B ascendia a 13 264 415 euros, repartidos por 2 872 224 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 4,6182 euros.

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	1 514 735	4,8193
2019	1 350 978	6,0268
2020	1 143 718	6,7148
2021	913 208	7,0867
2022	814 064	3,5458
2023	584 235	4,9030
2024	522 092	6,7675
2025	602 561	6,9698

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe C ascendia a 3 880 438 euros, repartidos por 557 900 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 6,9554 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	17,24%	6
2017	5,18%	4
2018	-3,88%	5
2019	23,32%	5
2020	9,84%	6
2021	4,18%	6
2022	-50,61%	7
2023	36,49%	6
2024	36,23%	6
2025	1,69%	6

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe A era de -2,54% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 6.

Classe B

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2022	-50,35%	7
2023	37,2%	6
2024	36,95%	6
2025	2,21%	6

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe B era de -2,05% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 6.

Classe C

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2019	25,06%	5
2020	11,41%	6
2021	5,54%	6
2022	-49,97%	7
2023	38,28%	6
2024	38,03%	6
2025	2,99%	6

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe C era de -1,31% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 6.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Notas:

- A 17 de setembro de 2020 o Fundo de Investimento Mobiliário Santander Acções América passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder");
- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a

informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 6 nas classes A, B e C, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data;
- A 17 de setembro de 2020 o Fundo de Investimento Mobiliário Santander Acções América passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder"), a partir desta data foram alteradas as comissões de gestão e depósito: a comissão de gestão da categoria A passou de 1,95% para 1,5%; a comissão de gestão da categoria C passou de 0,6% para 0,25%; a nova categoria B tem comissão de gestão de 1%; e a comissão de depósito passou de 0,05% para 0,01%.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	3 632	5 403	-1 772	-33%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	10 701 462	28 380 198	-17 678 736	-62%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	277	0	277	0%
Total	**10 705 371**	**28 385 602**	**-17 680 231**	**-62%**
Custos				
Juros e Custos Equiparados	0	37	-37	-100%
Comissões e Taxas	468 967	541 744	-72 777	-13%
Comissão de gestão	460 037	530 866	-70 828	-13%
Comissão de depósito	3 416	3 964	-548	-14%
Outras comissões e taxas	5 514	6 914	-1 401	-20%
Perdas em Operações Financeiras	10 930 450	25 018 736	-14 088 286	-56%
Impostos	22 052	36 249	-14 197	-39%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	1 084	1 015	69	7%
Total	**11 422 553**	**25 597 781**	**-14 175 228**	**-55%**
Resultado do Fundo	**-717 182**	**2 787 821**	**-3 505 003**	**-126%**

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	72 224 776	76 029 314
Saldos bancários	766 911	449 129
Outros ativos	821	89 272
Total dos ativos	**72 992 508**	**76 567 716**
Passivo	93 868	107 429
Valor Líquido do OIC	**72 898 640**	**76 460 287**

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	72 224 776	98,95%	76 029 314	99,30%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	72 224 776	98,95%	76 029 314	99,30%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	72 224 776	98,95%	76 029 314	99,30%
Total do ativo	**72 992 508**	**98,95%**	**76 567 716**	**99,30%**

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Ações

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
   - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
   - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa

de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1ºsemestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América** (o "OIC"), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 72 992 508 euros e um total de capital do OIC de 72 898 640 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 717 182 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"* abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização e informação do fundo master (carteira)	
Dado tratar-se de um fundo do tipo alimentação (*feeder*), previsto no artigo 193º do Regime da Gestão de Ativos (RGA), a carteira de títulos, que corresponde a cerca de 99% do ativo, é composta em exclusivo por unidades de participação do fundo Santander Go North American Equity, de tipo principal (*master*), com quem o Fundo tem um contrato estabelecido nos termos do artigo 195º do RGA. Assim, a verificação da cotação e análise das demonstrações financeiras do fundo *master* constitui uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com a composição e valorização do título em carteira estão incluídas no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras.	A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias do título em carteira *(master)*. Testes substantivos para validação da valorização do título em carteira (*master)*, com base: (i) nas cotações oficiais e valor do fundo *master* à data de fecho das contas e (ii) na análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria do fundo *master* e das informações de parecer e reporte efetuadas especificamente para o efeito com o auditor do fundo *master* (PwC Luxemburgo). Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com os acontecimentos relevantes verificados nos mercados globais.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de

segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026

Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **BALANÇO** Data: **2026-06-30**

ACTIVO

Código		2026-06-30 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2025-12-31 Líquido
	Outros Activos					
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					
	Total Outros Activos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações					
22	Acções					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	63 210 462	9 014 314		72 224 776	76 029 314
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	63 210 462	9 014 314		72 224 776	76 029 314
	Outros Activos					
31	Outros activos					
	Total de Outros Activos					
	Terceiros					
411+...+ 418	Contas de Devedores					88 740
424	Estado e Outros Entes Públicos					
	Total de Valores a Receber					88 740
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	766 911			766 911	449 129
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	766 911			766 911	449 129
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	821			821	532
52	Despesas com Custo Diferido					
58	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias activas					
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	821			821	532
	TOTAL DO ACTIVO	63 978 194	9 014 314		72 992 508	76 567 716

CAPITAL E PASSIVO

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	45 170 371	46 978 528
62	Variações Patrimoniais	3 263 791	4 300 098
64	Resultados Transitados	25 181 661	23 581 767
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos antecipados das SIM		
66	Resultado Líquido do Período	(717 182)	1 599 894
	Total do Capital do OIC	72 898 640	76 460 287
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total de Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar aos Participantes		
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
423	Comissões a Pagar	84 297	96 693
424+...+429	Outras contas de Credores	8 837	9 875
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Accionistas		
	Total de Valores a Pagar	93 134	106 567
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	734	862
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	734	862
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	72 992 508	76 567 716

	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A	5 617 544	5 846 336	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A	9,9249	10,0075
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe B	2 872 224	2 960 956	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe B	4,6182	4,6449
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe C	557 900	602 561	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe C	6,9554	6,9698

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: **2026-06-30**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores recebidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS** Data: **2026-06-30**

	CUSTOS E PERDAS				*PROVEITOS E GANHOS*		
Código		**2026-06-30**	**2025-06-30**	**Código**		**2026-06-30**	**2025-06-30**
	Custos e Perdas Correntes				**Proveitos e Ganhos Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes		37	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	3 632	5 403
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	0	0		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	468 967	541 744	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	10 930 450	25 018 736	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	10 701 462	28 380 198
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	22 052	36 249	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				*Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)*	10 705 093	28 385 602
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 084	1 015	89	**Outros Proveitos e Ganhos das SIM**		
	Total dos Custos e Perdas Correntes (A)	11 422 553	25 597 781		*Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)*		
79	**Outros Custos e Perdas das SIM**				**Proveitos e Ganhos Eventuais**		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)			881	Recuperação de Incobráveis		
				882	Ganhos Extraordinários		
	Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
781	Valores Incobráveis			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	277	
782	Perdas Extraordinárias						
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				*Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)*	277	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	**Resultado Líquido do Período**		2 787 820	66	**Resultado Líquido do Período**	717 182	
	TOTAL	11 422 553	28 385 602		*TOTAL*	11 422 553	28 385 602
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(228 988)	3 361 462	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	277	
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0	(0)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(695 130)	2 824 069
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(717 459)	2 787 820	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(717 182)	2 787 820

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Seleção Ações América referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	**1 883 948**	**6 596 800**
Subscrições de unidades de participação	1 883 948	6 596 800
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	**(4 728 413)**	**(11 518 732)**
Resgates de unidades de participação	(4 728 413)	(11 518 732)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	**(2 844 465)**	**(4 921 932)**
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	**3 664 290**	**7 136 096**
Venda de títulos e outros ativos da carteira		
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	3 664 290	7 136 096
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	**(91)**	**(1 330 196)**
Compra de títulos e outros ativos da carteira		
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		(1 330 001)
Juros e custos similares pagos		
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(91)	(195)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	**3 664 199**	**5 805 900**
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas		
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	**3 343**	**5 464**
Juros de depósitos bancários	3 343	5 464
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	**(505 573)**	**(595 894)**
Juros Disp./Emprst.		
Comissão de gestão	(476 407)	(563 443)
Comissão de depósito	(3 643)	(4 193)
Impostos e taxas	(24 493)	(27 074)
Outros pagamentos correntes	(1 030)	(1 184)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	**(502 230)**	**(590 430)**
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	**277**	
Outros recebimentos de operações eventuais	277	
PAGAMENTOS:		**(408)**
Outros pagamentos de operações eventuais		(408)
Fluxo das Operações Eventuais	**277**	**(408)**
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	**317 782**	**293 130**
Disponibilidades no Início do Período:	**449 129**	**537 964**
Disponibilidades no Fim do Período:	**766 911**	**831 093**

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2025	Subscrições			Resgates			Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C				
Valor base	46 978 528	513 674	801 872	178 755	(1 654 867)	(1 245 533)	(402 059)	-	-	-	45 170 371
Diferença p/Valor Base	4 300 098	440 027	(100 699)	50 318	(1 452 038)	169 639	(143 555)	-	-	-	3 263 791
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	23 581 767	-	-	-	-	-	-	-	1 599 894	-	25 181 661
Resultados do período	1 599 894	-	-	-	-	-	-	-	(1 599 894)	(717 182)	(717 182)
Total	**76 460 287**	**953 702**	**701 173**	**229 073**	**(3 106 905)**	**(1 075 894)**	**(545 614)**	**-**	**-**	**(717 182)**	**72 898 640**
Nº de Unidades participação											
Categoria A	5 846 336	102 984	-	-	(331 776)	-	-	-	-	-	5 617 544
Categoria B	2 960 956	-	160 374	-	-	(249 107)	-	-	-	-	2 872 224
Categoria C	602 561	-	-	35 751	-	-	(80 412)	-	-	-	557 900
Valor Unidades participação											
Categoria A	10,0075	9,2607	-	-	9,3645	-	-	-	-	-	9,9249
Categoria B	4,6449	-	4,3721	-	-	4,3190	-	-	-	-	4,6182
Categoria C	6,9698	-	-	6,4075	-	-	6,7852	-	-	-	6,9554

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes		
	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Ups>= 25%	-	-	-
10%<= Ups < 25%	1	-	-
5%<= Ups < 10%	-	-	1
2%<= Ups < 5%	-	2	12
0.5%<= Ups < 2%	11	38	48
Ups<0.5%	3 387	430	41
TOTAL	3 399	470	102

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria B			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	55 753 788	9,9249	5 617 544	13 264 415	4,6182	2 872 224	3 880 438	6,9554	557 900	72 898 640	9 047 669
	31/mai/26	55 154 675	9,7486	5 657 678	12 799 617	4,5343	2 822 874	3 810 775	6,8248	558 369	71 765 067	9 038 920
	30/abr/26	51 636 682	9,0742	5 690 516	12 000 631	4,2187	2 844 608	3 552 634	6,3459	559 833	67 189 948	9 094 957
	31/mar/26	48 887 661	8,5616	5 710 107	11 351 156	3,9788	2 852 924	3 384 144	5,9813	565 792	63 622 961	9 128 823
	28/fev/26	51 687 115	9,0309	5 723 373	12 374 186	4,1951	2 949 701	3 475 466	6,3024	551 453	67 536 766	9 224 527
	31/jan/26	53 356 756	9,2570	5 763 964	12 620 591	4,2984	2 936 103	3 564 052	6,4539	552 229	69 541 399	9 252 296
2025	31/dez/25	58 507 144	10,0075	5 846 336	13 753 430	4,6449	2 960 956	4 199 713	6,9698	602 561	76 460 287	9 409 854
	30/set/25	64 284 340	10,6806	6 018 785	15 047 048	4,9511	3 039 163	4 095 432	7,4151	552 311	83 426 820	9 610 259
	30/jun/25	62 908 972	10,1836	6 177 450	14 300 601	4,7147	3 033 211	3 915 284	7,0477	555 538	81 124 857	9 766 199
	31/mar/25	56 818 995	8,9200	6 369 844	12 735 122	4,1244	3 087 764	3 347 256	6,1536	543 951	72 901 373	10 001 558
2024	31/dez/24	65 488 069	9,8414	6 654 325	14 237 617	4,5446	3 132 863	3 533 282	6,7675	522 092	83 258 968	10 309 280
	30/set/24	53 531 206	7,7225	6 931 860	11 198 349	3,5614	3 144 328	2 776 626	5,2931	524 578	67 506 181	10 600 767
	30/jun/24	51 639 465	7,3367	7 038 497	10 896 057	3,3791	3 224 543	2 664 400	5,0122	531 583	65 199 922	10 794 622
	31/mar/24	57 004 864	7,9415	7 178 124	11 861 977	3,6529	3 247 279	2 943 420	5,4078	544 293	71 810 261	10 969 696

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
SANTDR GO N AME EQ-M	63 210 462	9 014 314	-	72 224 776	-	72 224 776
	63 210 462	9 014 314	-	72 224 776	-	72 224 776
TOTAL	**63 210 462**	**9 014 314**	**-**	**72 224 776**	**-**	**72 224 776**

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	449 129	5 551 858	5 234 076	766 911
TOTAL	**449 129**	**5 551 858**	**5 234 076**	**766 911**

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às caraterísticas do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as caraterísticas de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às caraterísticas dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2026, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	-	-	-
Unidades de Participação	72 224 776	-	-	72 224 776

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	72 898 640	76 460 287
Carteira com derivados	72 898 640	76 460 287
	0,00%	**0,00%**

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria B		Categoria C	
	Valor	%VLGF [1]	Valor	%VLGF [1]	Valor	%VLGF [1]
Comissão de Gestão Fixa	397 213	0,75%	62 871	0,51%	4 679	0,13%
Comissão de Depósito	2 724	0,01%	641	0,01%	187	0,01%
Taxa de Supervisão	4 029	0,01%	948	0,01%	276	0,01%
Custos de Auditoria	563	0,00%	132	0,00%	39	0,00%
Outros Custos Correntes	13 650	0,03%	3 213	0,03%	937	0,03%
TOTAL	418 180		67 806		6 118	

[1] Valor médio relativo ao periodo de referência